

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

22 JAN 1988

# Sarney reúne ministros outra vez para pedir empenho nos cinco anos

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney reuniu dez de seus ministros, ontem à noite, no Palácio da Alvorada — pela segunda vez no espaço de 24 horas — para lhes pedir "empenho" no sentido de acelerar os trabalhos da Constituinte e, especialmente, a votação de seu mandato. O ministro Aluísio Alves, da Administração, que foi o relator do encontro, disse que o presidente sugeriu que atuassem junto às respectivas bancadas de seus estados, estimulando os parlamentares a encontrar uma fórmula de definir logo a matéria, através de um entendimento com o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte.

Sarney explicou que a votação da nova Carta e, primordialmente, a definição de seu mandato, são essenciais para a própria estabilidade política e econômica do País. Alves contou que o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), saiu da reunião com a missão de coordenar os entendimentos com as demais lideranças parlamentares, em busca de uma alternativa que atenda ao apelo de urgência do Executivo. "O presidente disse que precisa saber até que ponto pode assumir compromissos no governo", acentuou.

Sarney, segundo Alves, explicou que a indefinição de seu mandato cria um ambiente emocional que prejudica as ações de governo, nas questões mais prementes, enfatizando a renegociação da dívida ex-

terna e até a adoção de medidas econômicas de médio prazo, para conter o surto inflacionário.

O titular da Administração não vê a solicitação do Presidente da República como uma interferência na Constituinte. Observou que os ministros representam, naturalmente, uma corrente política de seus respectivos estados. O ministro entende que a "fermentação" da discussão do mandato presidencial e do sistema de governo apenas servirá para dividir ainda mais os constituintes, dificultando, em consequência, um consenso em torno dos demais artigos.

O presidente Sarney telefonou ontem para o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, para discutir o assunto. Apesar do pedido expresso feito ontem a seus ministros, Sarney está ciente de que a antecipação da votação de seu mandato depende exclusivamente dos constituintes, que ainda discutem a sua possibilidade de regimental.

Segundo Aluísio Alves, a antecipação da votação do mandato foi colocada na mesa, ontem, da seguinte forma: a questão interessa ao governo, mas também aqueles que defendem quatro anos para Sarney. "Se demorar a votar o mandato, de nada adiantará aprovar os quatro anos, porque aí não haveria mais tempo para realizar eleições", argumenta o ministro da Administração. Por isso, ele acha que a proposta defendida inicialmente pelos setores mais progressistas do PMDB será acatada na Constituinte.

# Presidente assume o comando da luta para adiar a sua sucessão

por Mariângela Hamu de Brasília

O presidente José Sarney decidiu assumir, pessoalmente, o comando do grupo de políticos que defenderá, com todas as armas de que dispõe o governo, o mandato presidencial de cinco anos para ele e seus sucessores, numa tentativa de adiar para novembro de 1989 as primeiras eleições presidenciais diretas das últimas duas décadas. Até o início desta semana, o presidente afirmava sua intenção de não interferir, ainda que indiretamente, nos trabalhos da Constituinte.

"O presidente José Sarney está muito à vontade para trabalhar pela fixação do seu mandato em cinco anos, porque, além de isso representar os interesses do povo, a maioria dos constituintes fez chegar às suas mãos uma emenda



Antonio Carlos Magalhães

com mais de 320 assinaturas — 325, na verdade — de apoio ao mandato de cinco anos", disse ontem a este jornal o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães.

Magalhães, um dos principais conselheiros políti-

cos do presidente hoje, acha que, "sendo assim, cabe ao presidente Sarney, até por obrigação, participar diretamente do processo". "Até porque", afirma ele, "os governadores — felizmente muito poucos — que pensam diferente, estão agindo com instrumentos inadequados de pressão." Os governadores a que Magalhães se refere são: Waldyr Pires, da Bahia; Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro; e Miguel Arraes, de Pernambuco.

Nas reuniões de ontem e anteontem, no Palácio da Alvorada (veja matéria ao lado), o presidente Sarney examinou com seus principais ministros os caminhos que deverão ser trilhados pelo governo, a partir de agora, para acelerar a definição, pelo plenário da Constituinte, do sistema de governo e da duração do mandato presidencial.

Decidiu-se, nos dois encontros, que um grupo liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, estudará os instrumentos legais de que dispõe o governo para antecipar as datas.

O Palácio do Planalto, a despeito da opinião de boa parte do "Centrão", continua determinado a inverter a pauta de votações da Constituinte, examinando, logo no início dos trabalhos, a partir de quarta-feira próxima, os dois itens de maior interesse para o governo. O "Centrão" sugeriu que o Planalto se certificasse, primeiro, de que a aprovação da emenda do deputado Matheus Iensen, que fixa um mandato de cinco anos, será aprovada. Na reunião de quarta-feira, a lista de mais de 320 assinaturas de apoio foi cuidadosamente examinada e o presidente concluiu que não há perigo.

# "Centrão" reage aos vetos

Por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Das dez emendas coletivas apresentadas pelo "Centrão" — que alteram o projeto constitucional do preâmbulo às disposições transitórias —, somente uma — a do preâmbulo — foi aprovada sem ressalvas pelo relator Bernardo Cabral.

Os títulos dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Ordem Econômica e da Ordem Social foram os que tiveram o maior número de dispositivos alterados.

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do "Centrão", informou que os deputados Bonifácio Andradá (PDS-MG) e Heraldo Tinoco (PFL-BA) se reunirão para analisar o trabalho de Cabral para, na próxima segunda-feira, orientar o grupo sobre quais as emendas rejeitadas que deverão ter um pedido de destaque para votação em separado.

Nos Direitos e Garantias Individuais, o relator rejeitou as propostas do "Centrão" que retiraram o poder decisório do Judiciário. Foi o que ocorreu, por exemplo, na proposta que considera inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, telefônica ou de dados, salvo nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução processual. O projeto da sistematização acrescenta a esse texto a necessidade de ordem judicial.

# "Um trabalho penoso"

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Foram concluídos na madrugada de quarta-feira os pareceres do relator Bernardo Cabral sobre os 2.023 emendas apresentadas à Secretaria da Constituinte.

Ontem foram distribuídos os primeiros exemplares do texto. Nela, o relator afirma que a possibilidade de se emendar títulos, capítulos e seções do projeto constitucional tornou o seu trabalho extremamente penoso, uma vez que foi obrigado a comparar várias versões de um mesmo dispositivo. A essa dificuldade somou-se outra: a de estar impedido de subemendar, apresentar substitutivos ou aprovar as emendas parcialmente, afirma. Ao relator coube apenas aprovar ou rejeitar no todo as propostas.

Para Cabral, dessas imposições decorre considerável "risco de aprovação de emendas conflitantes; e, como perigo maior ainda, o de se derrubar matéria constante do projeto, sem o correlato aprovação de emenda que a substitua integralmente".

Se isso vier a acontecer, alerta em seu trabalho o relator, não são poucas as possibilidades de o projeto resultar "apresentar-se irremediavelmente lacunoso e, por isso, inútil ou inaplicável".

Cabral afirma que em seus pareceres procurou "obstar a concretização da ameaça". Porém, deixou nas mãos e nos votos dos constituintes a tarefa de "evitar que se atire ao vento, com imprevisíveis consequências, todos esses longos meses de trabalho constituinte".

direitos dos trabalhadores, o relator rejeitou a estabilidade proposta pelo "Centrão", a pluralidade sindical nas bases trabalhistas e a proibição de os servidores públicos fazerem greve.

A inversão do texto "fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa", por "fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano", foi suficiente para que Cabral iniciasse a primeira de uma série de rejeições no título da Ordem Social.

O relator não aprovou a definição de empresa nacional, a intervenção do Estado no domínio econômico, a autorização ou concessão para a prestação de serviço público, a não-inclusão das jazidas, minas e demais recursos naturais como bens da União e a possibilidade de a navegação de cabotagem ser exercida por empresas formadas por capital estrangeiro.

A proposta de reforma agrária do "Centrão" teve poucos de seus dispositivos aprovados pelo relator. As divergências se iniciam na definição do direito de propriedade, que o grupo condiciona ao uso da terra, até as formas e possibilidades de desapropriação, grandemente dificultada no texto do "Centrão".

As divergências continuam na Ordem Social, onde não há consenso a partir do alcance da seguridade social, na privatização da Saúde, e na Previdência Social.

MILITARES

# Para Exército, punição a rebelde foi exemplar

O Noticiário do Exército, órgão oficial do Ministério do Exército, divulgou na sua edição de ontem um editorial sobre o episódio ocorrido em 22 de outubro, quando o capitão Luiz Fernando Walter de Almeida invadiu a prefeitura da cidade paraense de Apucarana para protestar contra os baixos salários pagos aos militares.

O editorial nega com veemência que a atitude do capitão tenha influenciado na decisão de reajustar os vencimentos da categoria e considera "exemplar" a punição a ele imposta pela Justiça Militar: três anos de prisão, com a consequente exclusão das fileiras do Exército.

O Noticiário do Exército, conhecido como Informex, é divulgado pelo gabinete do ministro do Exército, por telex, para todos os quartéis. A EBN, agência oficial, distribuiu ontem a íntegra do editorial que é a seguinte:

## A — OS VENCIMENTOS

A verdade: não há efeito anterior à causa.

Parcela da imprensa, apoiada em manifestações de algumas pessoas, ventilou a hipótese de que o reajuste de vencimentos dos militares concedido em outubro "teve muito a ver" com o ato pelo qual o capitão Luiz Fernando Walter de Almeida foi condenado pela Justiça Militar.

A hipótese é absurda e falaciosa, pois admite uma relação de causa e efeito em que a causa seria posterior ao efeito. A finalidade é tendenciosa: tentar justificar a condenável iniciativa do capitão.

No dia em que ocorreu a indisciplina — 22 de outubro — o reajuste de vencimentos já estava decidido e fora noticiado pelo Centro de Comunicação Social do Exército em texto INFORMEX, abaixo transcrito:

"Informe que decisão reajuste de vencimentos militares foi tomada sr. Presidente da República em reunião realizada no Palácio do Planalto, às 17 horas de 21 de outubro, presentes os ministros militares das Forças Singulares, o CH do EMFA, o ch.gab.mil. e o min. Fazenda.

Decreto já assinado será publicado de 23 out" (INFORMEX nº 35 — de 22 de outubro de 1987).

É óbvio que todos os estudos e entendimentos — verdadeira causa da decisão presidencial — realizaram-se em época anterior à data do INFORMEX que veiculou a notícia, numa longa evolução bem anterior ao despropósito ato perpetrado pelo capitão Walter.

Desde o início de setembro de 1987, estes estudos, entendimentos e gestões entre as autoridades citadas acima, vinham-se desenvolvendo de modo ordenado em etapas sucessivas que o Centro de Comunicação Social do Exército e a própria imprensa noticiaram.

Só os que desconhecem as sistematizadas administrativas em nível governamental, com seu ritmo próprio e complexo, na prudente maturação em assuntos dessa natureza, podem se iludir e fazer afirmações levianas, ridículas e sem nenhuma lógica.

A ação do capitão Walter não teve qualquer influência no que concerne ao reajuste de vencimentos, além do desconhecimento do processo decisório em alto nível, revelou a falta de equilíbrio psicológico de um profissional, fato que, por imposições da carreira, o descredencia para assumir as crescentes responsabilidades do chefe militar.

B — A SANÇÃO E A LEI  
O Conselho Especial de Justiça da 5ª CJM puniu exemplarmente, manifestando-se por unanimidade.

O Exército não hesita em cortar a própria carne quando há provas e convicção de delito, pois este é o meio mais eficaz de manter intactas as vigas mestras da Instituição: a disciplina e a hierarquia.

Aos poucos que se perguntam se a pena não poderia ser mais branda, respondemos com certeza: não.

Estamos convencidos de que a punição, em virtude da extrema gravidade da falta, se fez necessária, ainda que na extensão mínima prevista no Código Penal Militar, tal como foi imposta pelo Conselho.

Os militares profissionais, infratores das leis ou dos regulamentos e maculadores de juramentos solenes, serão sempre responsabilizados por seus atos.

Não é demais lembrar que a democracia é o império da lei".

SENADO

# Lei protegerá a ecologia

por Andrew Greenlees de Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por voto simbólico dos líderes partidários, projeto de lei de autoria do ex-senador José Fragelli que protege a fauna e os recursos hídricos brasileiros. O texto já ha-

via sido aprovado pelo Senado no dia 5 de novembro e entrou na pauta da Câmara, ontem, com um requerimento de votação em regime de urgência, apresentado pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi. Para entrar em vigor, o projeto depende ainda de sanção do presidente José Sarney.

por Andrew Greenlees de Brasília

Mesmo que a Constituinte decida adotar o parlamentarismo como sistema de governo para o País, os municípios poderão manter a atual estrutura de poder, com a eleição do prefeito para chefe da administração. A interpretação é dos próprios líderes da corrente parlamentarista no Congresso, baseados no texto aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

Este projeto determina que, no prazo de seis meses a contar da promulgação da nova Carta, as Assembleias Legislativas estaduais deverão elaborar as constituições locais. O dispositivo faz referência específica à necessidade de os estados acompanharem o sistema de governo adotados a nível federal.

O mesmo não ocorre com os municípios: a sistematização determinou que as câmaras deverão elaborar suas leis orgânicas "respeitado o disposto" nas constituições estaduais e federal. "O sistema de governo, neste caso, não está expresso como está para os estados", afirma o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos principais defensores do parla-

O mesmo ocorreu em relação à obtenção de provas no processo. O "Centrão" não admite que elas sejam obtidas por meios ilícitos. O projeto também acrescenta, contudo, que "a lei disporá sobre a punição dos responsáveis".

O relator também rejeitou a redação dada pelo grupo à liberdade de reunião. O projeto é simples ao permitir a reunião em lugares públicos independentemente de autorização, a não ser quando a reunião possa prejudicar o fluxo

normal de pessoas ou veículos. O "Centrão" dá redação semelhante ao dispositivo.

Porém, ao determinar que o direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local, torna, na prática, a autorização prévia uma necessidade.

O relator não aceitou a proposta do grupo de reintroduzir o pagamento de custas judiciais para a impetração de mandado de segurança. Em relação aos

# Prefeitos manterão o seu poder

# Pesquisa mostra contradição

Uma pesquisa encomendada à Brasmart Assessoria de Marketing Político e Merchandising à Fonemídia — empresa especializada em pesquisa por telefone — revelou que 91% dos entrevistados que dizem ser favoráveis ao regime parlamentarista como forma de governo são, na verdade, presidencialistas. Isso ficou evidenciado quando os que optaram pelo parlamentarismo garantiram preferir escolher seus candidatos através de eleições diretas.

A contradição, provocada propositalmente por técnicos da Brasmart, serviu para comprovar o grau de desconhecimento da sociedade em relação ao regime parlamentarista e pôr abaixo as análises feitas sobre a tese a partir da eleição do presidente Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.

Segundo a agência Globo, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente com a escolha do número de telefone por computador, tendo por base os pre-

fixos existentes na capital. Após ouvirem uma mensagem gravada, as pessoas foram levadas a responder à seguinte pergunta: "qual a forma preferida ou julgada mais conveniente para eleger os dirigentes máximos do País? eleição direta através do voto popular ou eleição indireta através do Colégio Eleitoral?". Em seguida, a segunda questão: "por favor, após o sinal diga a forma de sua preferência".

Na faixa etária de 34 a 42 anos, 94% dos entrevistados que optaram pelo parlamentarismo rejeitaram a escolha de seus representantes via colégio eleitoral, enquanto 83% manifestaram a mesma posição com idades entre 53 e 60 anos. O resultado da pesquisa revelou ainda que 2,5% dos eleitores preferem eleições diretas com qualquer regime; 0,5% quer qualquer regime que seja honesto e 0,5% concorda em que nenhum regime de governo resolverá o problema do País.

mentarismo. Ele concorda, no entanto, que a redação do artigo poderia ser mais clara para evitar interpretações que levassem ao "parlamentarismo municipal", com o surgimento da figura do "primeiro-secretário".

"O parlamentarismo é para o governo federal",

comenta, por sua vez, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Ela considera dispensável, inclusive, a obrigatoriedade de os estados adotarem o novo sistema. Na opinião da deputada, a decisão deveria caber a cada uma das unidades territoriais. "O império não precisou do parlamen-

tarismo nas províncias e municípios para que o sistema funcionasse", argumenta Sandra Cavalcanti.

A posição dos líderes parlamentaristas indica que os eleitores brasileiros escolherão nomes para chefiares efetivamente os governos municipais nas eleições previstas para este ano.

FAÇA A SUA ASSINATURA DA  
**GAZETA MERCANTIL**  
AGORA MESMO É SÓ DISCAR  
**255.8788 (011) 800.8788**  
Grande São Paulo Interior e outros Estados